

Nakano quer fazer Governo poupar

O combate ao déficit público terá de ser travado como uma guerra de guerrilhas. Nesta estratégia, o papel do atual secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, será muito importante porque é o membro da equipe econômica que mais conhece os meandros do setor público. A opinião é do economista Francisco Lopes, um dos inspiradores do Novo Plano Cruzado. A preocupação com o déficit não significa que o caráter heterodoxo do programa seja apenas de fachada, com um conteúdo real ortodoxo. "Já no Cruzado I tínhamos preocupação com o déficit corrente, apurado pela diferença entre as despesas e receitas de consumo do Governo. O que está errado não é a existência do déficit, mas a possibilidade de financiá-lo. Se o déficit for decorrência de investimento e o setor público tiver o financiamento, isso pode ser muito bom", diz Lopes.

Yoshiaki Nakano, chefe da assessoria econômica do Ministro Bresser Pereira, reforça a tese assinalando que o programa macroeconômico, divulgado na última quarta-feira pelo GLOBO, procura exatamente fazer o setor público gerar poupança (de maneira que o déficit corrente se transforme em superávit)

para fazer os investimentos necessários, sem recorrer a tanto às fontes habituais de financiamento. Mesmo porque estas parece que se esgotaram.

O aumento da carga tributária líquida, prevista para o ano que vem, não significa uma forma de encobrir o déficit, mas sim de recuperar uma parte da posição relativa do setor público na renda disponível. "Em 1970, o setor privado tinha 82% da renda disponível. Com o choque do petróleo, essa participação chegou a 84,5% em 1974. O choque dos juros, que atingiu bastante o setor público, elevou para 87,6% a participação do setor privado na renda disponível, mantendo-se nesse nível até hoje", argumenta Nakano.

Esse aumento da carga líquida não se dará, porém, pelo aumento de impostos pagos pela classe média assalariada. "A carga tributária líquida pode crescer via corte de subsídios, tributação sobre setores que visivelmente estejam contribuindo pouco ou transferência para o setor privado dos encargos de serviços que hoje são executados pelo setor público", complementa o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet.